

# FANTOCHES

BASTIDORES DA POLITICA E DOS NEGOCIOS

DIRECTOR E EDITOR

**ROCHA MARTINS**

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO, Rua do Alecrim, 65 — LISBOA — Telefone 2440-C.

## O cheiro do Terreiro do Paço

Os politicos ao serviço da Moagem — A aria dos benemeritos — O rol negro — O dragão e suas restituições — O terror dos moageiros

Como a *Epoca* tivesse demonstrado que a Moagem recolhera 170000 contos de beneficios no ultimo ano e a *Batalha* o assegurasse, no meio do silencio cavo, que em volta se produziu, veio a inculpada declarar-se não o sorvedouro de toda a energia nacional mas a autora duma acção formidavel e benefica. «*Continua — diz a ré em sua defeza — a trabalhar devotadamente numa obra de reconstrução nacional*»

Singularmente me surpreende esta frase e assim como no pão dos pobres não existe um só bago de trigo, nestas palavras aglomeradas não ha uma unica verdadeira.

É que chamar «devotado trabalho» à negra exploração e «obra de reconstrução nacional» ao definhamento da raça é impudor e tanto o sentem os membros do Conselho de Administração da Companhia Industrial Portugal e Colonias que nem assinam seus nomes no que alegam a seu favor.

Desconheço-os tambem; o país ignora-os e é pena. Sabe, todavia, que, um ministro, o senhor Antonio Sergio, que tanto blasonava de «homem livre» por lá joeira o seu trigo, ao que consta do *Correio da Manhã* e que um antigo director da Manutenção Militar, o senhor Pina Lopes, o qual passou de ministro das finanças a commissario das farinhas militares, largou este logar magnifico para ir ajudar os moageiros na «obra de reconstrução nacional.»

Só com esse fim, por essa benemerita cruzada se compreende tal passo e o governo decente que este país ha de ter não póde deixar de premiar os serviços de todos esses propulsores de fomento e «da reconstrução nacional». A *Epoca* diz que eles distribuiram entre si 170000 contos. Os dirigentes de amanhã, livres de peias, indiferentes ás vozes compradas dos defensores da moagem, só tem que provar quanto é certo ou errado o criterio sobre porque os vemos. O dinheiro assim acumulado não é

cousa que se esconda e os palacios, os automoveis, as riquezas desses barões feudaes da farinha são provas de que, realmente, recebem muitos proventos. Não ha nada, porem, como as certezas e para isso reclamar-se-há um inquerito ás fortunas pessoais dos individuos citados.

Não se julgue que eu sou contra os lucros dos negocios licitos e que não tenho muita honra em apertar a mão dos comerciantes que, à custa de uma labuta de muitos anos, conseguem a fortuna sem terem defraudado o povo; não se imagine que detesto as magnificencias dos palacios historicos, ganhos pela espada dos avós de seus possuidores nas epopeas perigosas em que se corriam riscos e quaesquer que sejam as minhas ideias acerca da propriedade nunca excederão as dum celebre guerreiro que reinou: Francisco I.

O que eu não aturo, não suporto — e comigo a parte sã da nação — é o aventureiro, é o monopolista, é o explorador e ainda menos esses audaciosos que à custa da tolerancia, se não da cumplicidade dos governantes da republica, deixaram o tamanco pelo automovel depois de terem gerado a fome por todo o país. Na frente deste rol negro e maldito estão os homens da moagem, os que a teem dirigido desde ha sete anos a esta parte.

Repito que não os conheço mas afirmo que são criminosos. Não posso apartar deles o meu pensamento cada vez que vejo uma creança com fome esmiolando, e em Lisboa andam aos bandos, e tampouco os posso olvidar ao sentir que enquanto a nação se afunda eles recolhem 170.000 contos de lucros os quais são logo colocados no estrangeiro para escaparem ás possiveis reivindicações dum novo estado vingador. Além de gerarem a nossa fome contribuem para o desequilibrio do cambio e para que o seu pão suba de preço tarifam-no pelo trigo pago em oiro.

De quando em quando sôa um grito, um alarme; aparece um ministro que se propõe a estrangular o monstro mas imediatamente — como nas velhas lendas medievais de cavaleiros e dragões barbatanudos e erriçados, garrudos e ferozes — o combatente desaparece. O grande bicho engole-o e se alguma vez volta a restitui-lo ele vem besuntado das suas fezes. Tresanda. Por vezes, quando sopra um vento mais forte e o Tejo se encapela e rugue nas suas ondas barrentas, um cheiro nauseante vem do Terreiro do Paço, pela Arcada, até ao cimo das ruas da Baixa. Não é das fezes duma cidade despejada para as aguas fortes que nasce esse fedor.

É o dragão que está restituindo politicos ás suas secretarias. Defeca-os e enriquece-os, o que lhe é facil visto lhe darem um povo para devorar.

Se os 170.000 contos recolhidos de beneficios com os 900 distribuidos aos directores da moagem se tivessem limitado a uma honrada retribuição ao capital, uns 10.000 contos por exemplo, se os dirigentes do colossal monopolio não levantassem mais do que os seus ordenados, ficariam na realidade em proveito do povo perto de 120.000 libras que representariam a baixa no preço do pão. Mas em vez de em tal pensarem preferiram guarda-los, arvorando ainda a bandeira da moralidade, declarando-se os «reconstructores nacionaes». É certo que ha muitos edificios em ruinas e se empregassem a reboca-los os ingredientes usados no pão, os cimentos armados de varias qualidades, eles serviriam de bons remendos para a reconstrução. Preferem, porem, os da Moagem, derrancarem-nos os estomagos com suas putreas e tomarem, com o lucro dessa infamia, o ar de inocentes ou, antes, de benemeritos.

Alguns dos mais atrevidos aventureiros dessas camadas exploradoras tem a audacia de insultar quem os castiga dizendo, no seu manifesto, que é o placard do impudor e do cinismo:

«Tem o Conselho de Administração da Companhia Industrial de Portugal e Colonias por norma não vir a publico responder a campanhas que contra ele aparece em certa imprensa com intuitos inconfessáveis mas por demais conhecidos».

Querem os devoristas insinuar que todos nós — quem os combate em nome dos pobres, dos explorados, dos desditosos — nos calariamos desde que dos seus 170.000 contos de lucros distribuíssem algumas esquirolas. Habitados a comprar os politicos imaginam que toda a honrada gente se lhes equipara. Por mim, suceda o que suceder, não deixarei de pedir o inquerito ás suas fortunas exactamente porque será a maneira de conhecer a verdade sobre os factores «da reconstrução nacional.»

Medrosos, tímidos, de consciencias negras, receiam que os contrarios com suas acusações « neste periodo de vida cara, muito possam excitar as classes pobres ».

Que singular rebate de pavor. Jamais um comerciante honrado temeu a onda do povo que, no fundo — o que é realmente povo — tem um alto instincto de justiça diferente do usado pela canalha, pela escumalha, pela turba assalariada dos politiquetes. Os rebates das almas dos exploradores já se manifestam. Ainda estão a tempo de se salvar. Deixem esses processos de defraudamento, contentem-se com lucros honestos, baixem o preço do pão, sacrificando suas gorjetas de milhares de contos, que pertencem aos consumidores, e, possivelmente, salvar-se-hão na hora tragica que vai chegar em breve.

Sentem, eles proprios — que « neste periodo de vida cara, muito podem excitar as classes pobres » as palavras atiradas contra a Moagem e em vez de contribuirem para a baixa do preço da alimentação coligam-se para o altar.

Do arremedo da democracia saíram as plutocracias que alguns homens deste país aparecem a combater. Ha dias, numa sessão das Juventudes Monarquicas, o deputado Carvalho da Silva declarou que ia entrar no combate contra a Moagem com os seus correligionarios do Parlamento; o parlamentar dr. Nuno Simões atacou, formidavelmente, a Companhia dos Tabacos que sonegou lucros de 12.000 contos à fiscalisação do Estado.

Começam a levedar revoltas. Bem sabemos que não chegarão ao povo muitos dos brados dos censores porque parte da imprensa os abafará. É necessario tomar nota de quem defende os escandalos e pretende esmagar os atacantes. É preciso crear uma associação de gente honesta para contrariar esse excrementicio poderio plutocrata e, formando uma barreira, fóra de interesses, apontar ao país os culpados.

Sim, porque a hora chegará em que os campos se devem delimitar creando um grande jornal honesto, livre da plutocracia, dedicado ao povo, dirigido por pessoas invendiveis, juntando-o no combate aos que honrados se tem mostrado e aceitando como norma este programa da acção conjuncta exposto num artigo da *Batalha* :

«Tome nota a Moagem: Ha anos que pelos factores que enunciamos tem o direito de morte sobre a população. Um dia a população reivindicará e fará uso do direito de morte sobre a Moagem. Se esse dia não tardar, um futuro proximo reservará uma alegria forte para a população reduzida à miseria e condenada ao envenenamento.»

# O grande negócio dos sub-alugueis

Os rendimentos dos locatarios — A industria do sub-aluguel — O mal dos senhorios — A Inglaterra mestra de arrendatarios — Um artigo oferecido à lei do inquilinato

A questão do inquilinato debate-se cada vez mais afilivamente num dilema: a restrição dos direitos dos senhorios impede de construir; a necessidade de habitações, cada vez maior, faz limitar aqueles direitos.

Sabe-se, porém, e no *Diario de Noticias* se anuncia todos os dias, que ha quem faça negocios com as casas alheias e até mesmo existem individuos que tendo alugado, por uma quantia baixa, alguns predios, os mobilam e fazem deles commercio por altos preços, não dando ao proprietario o menor lucro.

Aí para as avenidas novas existem uns exemplares dos que pululam às centenas em Lisboa. Alugou um predio inteiro por 100, 80, 70, 50 e 20 mil réis por habitação; e de sua mão negoceia, reservando-se moradia no rez do chão, por 1 conto, 800, 700, 500 e 200 mil réis mensais, sem que o proprietario veja mais do que o estipulado no velho arrendamento. Dir-me-hão ter sido muito previdente esse senhor, tanto que não precisará jámais de trabalhar, garantindo-se o rendimento de mais de 2 500\$000 réis mensais, sem ter que pagar décimas nem concêrtos. Habita uma propriedade cujo senhorio cobra 320\$000 réis e da qual êle recolhe 3.200\$000, de que apenas lhe entrega aquela quantia, visto possuir seu arrendamento a largo praso. Em taes condições se collocou. Como êste ha imensos cavalheiros em Lisboa e que, sem outros recursos fóra o do recibo da casa ou do predio, alugam, sublocam, trespasam, deixando o verdadeiro dono da propriedade muitas vezes na miseria. Ora êles dizem que a Inglaterra tambem manda em nossas colonias e que os encargos são dos nacionais, mas o que um país feudatario tem de tolerar para não perder um pouco da sua fachada mentirosa não se deve tolerar de português para português.

Concebo que cada um habite uma casa de renda, da qual não possa ser despedido enquanto pague, mas não admito, e comigo estarão todos os de bom pensar, que se faça negocio com as casas alheias.

Mas, como evitar semelhante commercio? perguntar-me-hão os legisladores que até agora tem andado a remecher nas leis do inquilinato.

Duma maneira muito simples. Dando ao senhorio o direito de os

expulsar desde que façam tal uso da sua casa. Mais ainda, estendendo esse direito até sobre quem sobre-aluga quartos. Essa historia do aluguel de divisões é outro commercio de largas rendas, pois ha pessoas que, pagando 25\$000 réis ao senhorio, levantam 500 pela cedencia de 4 quartos duma residencia. onde ainda lhe ficam 2 para residir e uma cosinha para seu serviço exclusivo.

Bastava introduzir na lei um paragrafo no sentido de se expulsarem os locatarios nestas condições e atenuar-se-iam os males.

Mas — dir-me-hão tambem —: se não ha casas, para onde ha de ir essa gente instalada nos aposentos sublocados? Dado que se faça disso uma razão atendivel, garantam-se doutra maneira os direitos do proprietario num artigo assim redigido:

*— Ninguem poderá alugar qualquer parte da casa, tomada para sua residencia, sem licença escrita do senhorio e registada numa repartição competente. Dos preços das sublocações, caberá ao proprietario do predio 75% ou o que se combinar. Desde que se prove que não se cumpre este contrato, assiste ao dono do predio o direito de despedir o seu locatario.*

Dêste modo resultaria a coparticipação de lucros do verdadeiro dono do que se alugava, numa proporção maior do que a pertencente ao sub-alugador e marcava-se, iniludivel e claramente, a sua qualidade desde que pudesse mandar sair da sua propriedade quem a explorava em seu detrimento.

Não é, pois, difficil legislar nesta materia de inquilinato e tampouco noutras, o que se torna impossivel é o báratro onde mergulham as leis republicanas.

Agora, que o Senado está tratando do inquilinato e com um criterio interessado na defesa dos inquilinos, seria justissimo que, ao menos, dessem aquella garantia aos senhorios, porque, se não se deve mandar sair duma casa quem paga, dada a falta de habitações, tambem não se pode tolerar que se faça negocio com o que a outros pertence.

Em todo o caso, para acautelar os sublocatarios do que poderia ser uma dupla exploração, expressar-se-ha na lei, não se poderem alugar os quartos fóra da proporção da renda que se paga, a qual deverá ser a da lei, isto afim de não se escapar dum ladrão para se cair numa quadrilha

## Os literatos e as negações da posteridade

Os escritores e seu público — Os buriladores e as achêgas do Estado — A ralé das letras e seus "principes," — O ministerio que representa o oiro da intellectualidade — Cada um no seu lugar e . . . . continúa

Em Portugal imagina-se que os grandes escritores são os que abusam do rèclamo. Ha nomes que surgem na imprensa diariamente, não só porque escreveram livros mas porque foram a um entêrro ou entraram num carro electrico. Existe uma parceria, arraçoada nas gazetas, para enaltecer todas as palavras dos illustres literatos, e, tarifando por aura do público os dizeres da imprensa, as edições das obras dêsses felizes homens de letras esgotam-se, como se o vento as levasse direitinhas à posteridade e à fortuna.

Ter amigos nos grandes jornais é garantir um *tam-tam* formidavel a livros, que podem ter muito interêsse de estilo e de côr, mas que deixam o público na impressão dolorosa de que lhe mentimos quando falamos da grandesa do pensamento contido nessas frases batidas com mais ou menos paciencia.

Escrever é, como tudo o mais, uma questão de prática, de metodo e de tempo. Limar as frases, fazer dez vezes a cópia dum original, torturar as provas, são os processos dêsses que se julgam detentores da frase segura, absoluta, perfeita, e, no fim de tudo, é fria, como a pedra da rua lapidada num excesso. Prefiro as narrativas nascidas da espontaneidade de Camilo às torturadas paginas de Eça.

Alguns dos cultores das letras portuguezas, entre os quais alguns se arrogam scetros e supremacias, são inteligentes, talentosos, artistas, sem dúvida, mas seriam incapazes de viver de suas pênas, se umas achêgas, vindas quasi sempre do Estado, não lhes desse tempo suficiente para suas recópias e burilamentos. Uns vivem da chefia de repartições, onde não vão, outros gosam dos favores do poder, alguns procuram nas re-

formas, arranjadas cêdo de mais no exército ou no funcionalismo, os proventos que lhes garantem o pão, e isso não os consagra, a meus olhos, pelo menos, como autenticos trabalhadores dêsse mister, onde se consideram de primeira grandesa.

É dum grupo, dum cenaculo, duma gente áparte na literatura, que partem os chefes supostos da pleiade que lida nas letras, ganhando nelas o seu pão e o seu sustento, não indo chupar nos ôdres estaduais os precisos alimentos para refazerem as forças depauperadas na cata do preciosismo.

Á sua volta os amigos da imprensa, como sacristas aflitos em sua tarefa, puxam o lustro dos resplendores dos seus oragos, e alguns os de seus onagros, ganhando, com suas amisades, o direito dum tuteamento e de se mostrarem nas ruas ao lado dos improvisados grandes homens, cujos retratos, publicados quotidianamente, os popularisam.

Existem, tambem, em Portugal uns outros escritores que, podendo usar de propaganda identica, da publicidade levada aos exagêros, redigindo os proprios elogios, marcando por cada 500 exemplares de suas obras, edições que fingem chegar a muitos e muitos milheiros, sendo-lhes possivel jámais perderem ocasião de falar de si proprios nos jornais onde trabalham ou que dirigem, preferem a sanção do público à sua obra, apresentam com verdade o numero dos exemplares que vendem e não entram nas redações de chapeu na mão, nem solicitam dos camaradas largos artigos levados à imprensa cabotinamente. Esses teem os seus logares ao sol, e, embora não haja rapazitos, de sua dependencia, a tratarem-nos de genios, encontram no seu público a garantia do que valem fóra das greis, dos cenaculos, dos partidos literarios, dos quais vôm contra êles fingidos desdens e até hostilidades.

Como ha, no nosso país, apenas um pequeno núcleo de leitores, imaginam sempre, os letrados dos grupos, que cada comprador dum livro alheio faz uma traição aos da sua autoria, e, nas mesas dos cafés, sem o menor rasguardo, atrevem-se a criticar quem honestamente, livre dos subsidios do Estado, labuta de sol a sol, sem dever nada a ninguem, que não pague logo em dinheiro, em gentilesas ou na moeda que lhe pedem mas por forma diferente da usada pelos cultores do elogio mutuo.

O que aqueles homens de letras desejam é viver numa atmosfera de festa permanente, deixando voar a fantasia, a ponto de não reconhecerem a propria prosa, a que insinuaram aos seus sacristães, ao verem-na estampada nos jornais e presistem no engano de que valem mil vezes mais do que na realidade, só porque as folhas, a seu pedido, o dizem. Convencem-se de que assim como os seus contemporaneos os enaltecem, por amisade, do mesmo modo o futuro guardará seus nomes nos relicarios de oiro, que os Panteons serão guaridas de seus ossos e que os senhores Agostinho de Campos, Sucessores, formarão voluminhos de suas esco-

lhidas prosas, às famílias dedicadas, como a selecionarem para a Historia Literaria o trigo do joio, a malta, a ralé literaria, dos principes e dos patricios elevados aos comandos, autenticos grandes piratas do mar da tinta, amedrontando os pobres remadores das galés das letras.

O que ha a fiar neste genero é muito, é imenso e eu tomarei a roca desde que continuem a aparecer, sem delegação da maioria dos escritores nacionais, os seus representantes arvorados por cenaculeiros e não pelo consenso dos que não podem ser esquecidos.

Já houve quem se considerasse o eleito do «puro ouro da intellectualidade portuguesa» e a minha curiosidade de «reporter» levar-me--ha um dia a procurar as verdadeiras pepitas valiosas nesses filões que para aí luzem, ao que dizem algumas gazetas.

Se o valor dos literatos se marca — e deve ser assim, de contrario, não se reclamavam as tiragens com tanto afan — pelo consumo que o público dá às suas obras, é preciso considerar-se que ainda ha pouco — segundo dizem os livreiros, para mim as unicas autoridades no assunto — houve, fóra dêsses grupos — quem vendesse em mês e meio, alguns milhares de livros de preço alto, tanto como Manuel Ribeiro, que bateu sempre os *records* das tiragens com os seus romances. Nem por isso se arrogaram pesporrencias, chefias, representações de *elites*, talentos de ouro puro e outras basofias.

É preciso que nos convençamos terem desaparecido os grandes romancistas, dramaturgos e historiadores. Só alguns poetas mantem a sua plana em comparação com os do passado, e, desde que assim é, não ha entre os atuais escritores quem possa arrogar-se maximidades, pontificados, tiaras.

A cada um cabe o seu lugar e assim continuará a ser, embora se procure demonstrar que os genios são todos empregados na mesma repartição, residem no mesmo sitio, abancam no mesmo café, usam o mesmo talher, conubiam em suas fantasias de cerebrações predominantes, dizendo a isso que, embora a posteridade os esqueça, êles devem ir dando-se ares de a tratarem por tu, sem receio das ratazanas dos Jeronimos.

## Na trasladação do fundador da republica

**Machado Santos e as suas recordações — Uma alma verdadeiramente cristã — Nas suas derrotas e nas suas victorias — Machado e Leote do Rego — A corôa votiva**

Fazia anos em 10 de Janeiro o almirante Machado Santos; nesse dia seu corpo foi trasladado para o tumulo definitivo. Eu não assisti porque um ataque de gripe me deteve na cama nesse dia terrivel de chuva e de tanta tempestade que o mar arrastou barracas de banheiros nesta beira arrabaldina do Estoril onde habito.

A minha presença não significaria mais do que a profunda amisade que me ligou a esse homem republicano o qual sempre respeitou o meu monarchismo, o compreendeu e não se arrependeu de me contar entre as pessoas da sua confiança. Eu julgava-o apenas um bom; agora sinto-o como alguém que cumpria os preceitos cristãos melhor do que muitos catholicos confessos.

Varias vezes o fundador da republica narrava que, entre as horas mais amargas da sua vida, considerava as que estivera prêsso a bordo sem as menores comodidades ou atenções. Por parte de Leote do Rego, quando do 14 de maio, só houvera desdem umas vezes, outras colera contra ele. Julgava, o chefe da revolta, conquistar assim melhor a alma da marinhagem que até aí o julgava como todos nós, seus antigos amigos, um grande monarchico.

Já morreu tambem esse singular oficial que tinha um grande valor, uma intelligencia viva e uma ambição maior e é pelo que se passou com ele que eu considero Machado Santos um cristão, de intimo lavado, capaz de perdoar as maiores injurias.

Ninguem a não ser a familia, e dois ou tres amigos, entenderam esse valente rapaz que ardia em ideal, sacrificava a vida, sonhava com a republica pura mas era o primeiro a propôr as amnistias dos monarchicos e vivia entre duas correntes de politica contraria mas unanimes na raiva que lhe dedicavam.

Os meus correligionarios — os que não guardavam na memoria as suas tentativas favoraveis á sua libertação, após as lutas — sentiam nele o fundador do estado republicano; os republicanos militares não lhe perdoavam ele ter ficado a bater-se quando eles fugiam ou não estavam presentes; os adesivos uivavam como os lobos e os civis dos partidos

historicos, os que subiram ao poder, quizeram manda-lo prender quando ainda passava no ar o cheiro da polvora dos canhões da Rotunda. Mais valia que o primeiro tenente Parreira tivesse cumprido a ordem porque o governo provisório desapareceria e talvez se tivessem encaminhado as cousas para a Restauração e para os monarchicos aproveitarem a lição daqueles nove dias de triumpho republicano.

Não se deu semelhante atentado e eu vim encontrar Machado Santos a conspirar; acompanhei-o sempre para me retirar às fileiras do meu partido, mal se vencia ou se era vencido. Foi assim no 5 de dezembro e se querem a prova de quanto esse homem de armas era diferente da maioria dos nossos contemporaneos basta dizer-lhes que ele, ao vêr Leote do Rego vencido, recolhido a bordo dum navio inglês, foi o primeiro a lamenta-lo e... a enviar-lhe palavras afetuosas, cheias de carinho por intermedio, ao que julgo, de D. Antonio de Almeida, ajudante de Norton, e que não o quiz abandonar como succedeu, por parte do outro official do seu gabinete, Florentino Martins, o qual, em plena Penitenciaria, clamava contra a acção do chefe que ainda na vespera servia.

Homem de honra, aquele D. Antonio de Almeida, foi o encarregado dos dizeres honrados aos quais Leote do Rego, comovidamente, respondeu sentindo decerto a alma alanceada ante o procedimento nobilissimo do vencido que tanto vexara e que voltando a ser vencedor o consolava da sua derrota. *A Tarde*, numa enternecida alusão a Machado Santos, publicou a resposta de Leote e que desejo aqui arquivar tambem.

*Querido camarada:*

«O ajudante do ex-ministro da Guerra trouxe-me da sua parte uma palavra de camarada.

*Eu já a esperava.*

O Machado Santos tem a sua obra e eu a minha: um velho republicano, e eu novo republicano; mas ambos amando enternecidamente a nossa terra e querendo-a grande e respeitada.

Compreendo que devo agora afastar-me, mas não como se afasta um traidor ou um conspirador. Estamos em guerra e todos são precisos. Não tenho ambições politicas: duas vezes recusei ser ministro. O meu logar era ao lado dos que se batem pela Patria. Ninguem tem o direito de impedir que eu continue a dar a vida pela Republica.

Eu pedir-lhe-ia que viesse aqui, para lhe dizermos alguma cousa que v. precisa saber; mas se isso não puder ser que venha o Maia, depois de avisado o ministro da Inglaterra, porque ele deve entrar no navio e não ficar à borda.

Lemos que lhe contar factos graves e documentos.

Salvemos esta Patria

*Camarada att. ven.*

(a) LEOTE DO REGO

*O navio deve sair às duas horas.»*

Julgo que isto basta. Publicar esta carta é levar á campa do meu infeliz amigo uma corôa votiva. Eis tudo quanto posso enviar á sua alma com a minha eterna recordação.

## Os Monarquicos e o "Correio da Manhã"

Um manifesto e um programa — O tradicionalismo do sr. dr. Alfredo Pimenta — Como se tratavam os reis no passado — Os sistemas para uso proprio — O orgão da Causa e as noticias

Em volta do *Correio da Manhã* levantaram alguns monarquicos um halo de revolta por não acharem as suas tendencias bastante compatíveis com a moderna forma por que esses meus correligionarios encaram a possivel Restauração. Clamam que não se podem adoptar os processos de 1910, e eu, se estou inteiramente de acôrdo contra aquella maneira de governar que nos levou ao presente cahos, não posso deixar de recordar como o *Correio da Manhã* e Anibal Soares, sempre a bater-se com a sua honrada pena, teem batalhado admiravelmente pela Causa. Anibal Soares seguiu o franquismo como eu, sofreu o exilio que eu não passei, já-mais deixou de estar no seu posto, e, à sua obra de jornalista, à Monarquia, sacrificou o futuro literario que se lhe apresentava magnifico. Eis tudo o que ele fez e num tempo — e desde ha tanto tempo — que a maioria dos monarquicos indignados contra o *Correio da Manhã* ou ainda não nascera ou andava por outras regiões, embora a maioria dêles seja de valores, e alguns até bem superiores, dentro da crusada demolidora dêste arremêdo de regimen que vigora em Portugal.

À frente do protesto contra a Monarquia de 1910 está o sr. dr. Alfredo Pimenta. Eu, que desejo uma modificação no regimen, decerto não a encontro da mesma forma que este escritor, o qual largamente, no seu manifesto apocalitico, nos fala em monarquia tradicional.

O que eu quero, digo-o em duas palavras; o que seja monarquia tradicional espero que m'o expliquem para as circunstancias a aplicar.

Espero que na Monarquia de amanhã caibam todas as conquistas modernas e que nem o salariado tenha que se queixar de ser preterido nem o rico de receber vêxames. É o justo equilibrio que procuro na questão social, o unico que deve preocupar os estadistas do presente, e ambiciono-o servido por um parlamento nascido das camaras municipais, nas quais entrarão todos os valores morais, intellectuais, manuais, capital, talento, trabalho, classes, grupos, sindicatos, eleitos pelo processo direto do sufrágio universal.

Esse parlamento funcionaria só quando fosse necessario tomar largas resoluções, existindo junto do soberano um conselho de elementos dêsse parlamento e que seria o acessor da realesa, composto por todas as correntes da opinião parlamentar, desde os avançados aos ultra-conservadores.

Não se pode governar um estado moderno metido em fórmulas completamente arcaicas.

Os homens emanciparam-se já em demasia para reentrarem nesses dogmas de passiva obediencia, que, segundo parece, se lhes pretende impôr, começando-se por uma rebeldia.

Expostas as minhas idéas, das quais naturalmente serei, por enquanto, o unico adepto, quero perguntar o que se entende, na acepção do termo, por Monarquia tradicionalista; é a miguelista; é a absolutista; é a que foi derrubada em 33, naturalmente rebocada agora com laivos vagos da vida moderna? Precisa a Monarquia saber, tambem, se pode florescer na beira desses regressos ao passado, num paradoxo estranho, no qual se pretende envolver a condenação de tudo quanto se fez para podermos estar hoje a discutir tais programas, sentados à nossa carteira.

Sem aquele gesto sacudido de liberalismo, o sr. dr. Alfredo Pimenta — que não julgo nobre por seus apelidos — andaria servindo seus motes e sonetos nos eirados dos conventos e em volta das mesas aristocraticas, como o Nicolau Tolentino ou o José Daniel, de habito de Cristo ao pescoço e muito mesureiro para o nobre analfabeto que arrotaria seus flatos e suas prosapias entre o capelão e o bobo. Existiam, é certo, grandes inteligencias, certas individualidades na nobresa e no clero, mas, geralmente, não florescia no seculo; recolhiam-se às clausuras. Quando muito — se conseguisse arranjar um dote, por subscrição — o sr. dr. Pimenta seria monge, crusio, dominicano, beneditino, ou talvez pertencesse á Companhia de Jesus. Mas, em qualquer destas profissões, não beneficiaria da liberdade de movimentos, vinda das conquistas feitas à custa de sangue, porem que nos permitem dizer alto e bom som o que pensamos e nos levam à revolta quando nos cobrem esses direitos.

Outrora, para se chegar a uma situação de mando, carecia-se de pergaminhos e não se nobilitava o plebeu, senão quando elle se esforçava em combates e conquistas. O mais que se dava a um chanceler era uma comenda, jámais um titulo, para não ofender os netos dos barões historicos. Quando D. João VI rompeu com a tradição, levantou se um clamor. O filho do povo não era nada. O sr. dr. Pimenta teria, por consequência, que rimar por um pastel de nata ou de recolher a um cenobio, sabendo das maldades dos politicos, mas sem poder gritar que as não queria repetidas, sem correr três riscos: o Santo Officio, o in-pace ou a força, sim, o barão, illustre rebento da plebe vimarense, o barão, porque o cutelo era só para os nobres.

Pois nesse manifesto em que se grita contra o sistema de 1910 — aquele que eu condeno, contra o qual combati, o que desejamos nós, os franquistas, reformar com uma dictadura honrada — ha uma cousa desassissada, a par doutras, de pura fantasia ao papel trasladada. É quando se diz, não se desejar uma Monarquia em que «seja possivel um Par do Reino ir para a sua Camara fazer alusões perigosas à Rainha».

Outrora, no segredo das praças, preparavam-se ciladas que formaram tenebrosos dramas da historia nacional: recolhiam-se as soberanas aos conventos, como se fossem presas do estado ou, caídas nas garras dos politicos pações, tornavam-se seus instrumentos: D. Luisa de Gasmão e D. Maria I são exemplos desse respeito do tradicionalismo pelas Rainhas.

Enquanto aos monarcas sabemos muito bem como elles tinham que obedecer a seus ministros ou cobrirem suas culpas, quando não possuiam a tèmpera dum D. João II — daquele a quem Isabel, a Católica, chamava *O Homem*, com um grande H, e, infelizmente, se é certo que todos os reis são homens e usam um D. grande, antes do seu nome, nem sempre podem gloriar-se daquele H, que, na dinastia de Aviz, cabe ao Principe Perfeito, na de Bragança, a D. Pedro V, e seria a compensação da clarividencia do Senhor D. Carlos, se não tivesse sido morto com o aplauso historico do sr. dr. Pimenta, que escreveu, pouco mais ou menos, o seguinte, referindo se a Buíça: teve a coragem do gesto que o acobardado povo portuguez não soube fazer.

Ora, depois disto, para que monarquia tradicionalista nos quiere encaminhar o apologista dum regicida? Para uma, em que não seja possivel o desacato ao Rei, em que elle se salve, em que seja intangivel? Seria a nossa, se fosse possivel existir a perfeição no mundo e na materia humana. Vejamos, se quando não se vivia a hora dessa liberdade, que permittia ao sr. dr. Pimenta os seus arrasoados, os soberanos estavam mais indemnes.

Basta-nos procurar na casa de Bragança, D. Afonso VI, espoliado do trono, sem as menores culpas, transportado para a Terceira, e vindo dali para a clausura

de Cintra, via o seu trono usurpado; D. Maria I vivia coacta entre o confessor e os ministros, até ao momento da loucura; o príncipe D. José morreu misteriosamente, D. João VI foi um juguete dos seus aulicos e da Inglaterra, e, em todas essas nobres vítimas da politica, antes do advento do liberalismo — que, já digo, condeno em sua cauetica expressão de 1910, mas desejo revigorado com as conquistas sociais do nosso tempo no campo economico e de reivindicações — todas aquelas figuras — ia eu dizendo — tinham bondade demasiada, uma delas, D. José, uma inteligencia superior, bom senso, possuia-o D. João VI. Sacrificados aos cortesãos, colocados tão alto, em tanto misterio que o povo não os via, sofreram muito mais, e com eles a nação, do que os reis constitucionais, mesmo quando um Passos Manuel gritava no paço real, um Saldanha tiroteava umas vidraças, um Arroyo fazia insinuações vagas. Ha uma excepção na dôr, no sofrimento, na amargura, essa pertence a Sua Magestade a Rainha Senhora D. Amelia e a El-rei D. Manuel; nasceu, porem, duma cilada que o sr. dr. Alfredo Pimenta applaudia ao glorificar Buiça.

O que o Rei exilado jurou foi o Constitucionalismo e um Rei honrado não quebra o seu juramento como se lhe exigia ao querer-se, sem que uma Assembléa Nacional o revogasse, levá-lo a um acto indigno. O *Correio da Manhã*, órgão duma Causa presa áquele acto solene, tem seguido o seu caminho nobremente e até avançado no ataque às plutocracias, nas tendencias de equilibrio social. embora não pleitei pelo «tradicionslismo» do panegirista regicida nem pelo sistema de reforma que eu expuz e defendo mas que me leva a clamar contra o órgão da Monarquia, que naturalmente aguarda que façamos a revolução, proclamemos a Assembléa nacional, votamos as novas leis, as novas bases do Estatuto que o Rei deve jurar, para o defender.

É certo que, em 1910, cada um queria um soberano para seus uso — e eu fortemente vergastei esse3 politicos, — mas agora, ao que parece, principiando por mim, cada um deseja uma fórmula nova, de sua simpatia, a a impôr ao Rei. Eu, sósinho, exponho as minhas doutrinas sem scisões, talvez sem adeptos; os outros, que falam da ordem, fiondibulam nas hostes atraz dum tradicionalista aplaudidor do crime nefando do Terreiro do Paço.

E, enquanto ao *Correio da Manhã*, é deixá-lo seguir a sua rota. É uma bandeira que fluctua e que os inimigos da Causa pretendem rasgar com sua fusilaria a qual se desejou secundar, num impensado movimento, que naturalmente se deve perdoar.

P. S. — Como jornal, o *Correio da Manhã* interessa-me muito; as suas secções são magnificamente colaboradas, o noticiario quasi sempre bom, e digo quasi sempre porque, por exemplo, ha dias, noticiava a presença dos vereadores monarchicos á reunião convocada para se discutir o manifesto sabido, e eu não estava presente por ignorar tal palestra politica. Isso, porem, não é culpa da redação que de certo se apressará, no interesse da verdade, em retificar aquele engano, como succedeu em relação ao sr. coronel Alvaro de Mendonça. Isso, porem, são nadas, em vista do muito que ha a fazer desde que nos ligamos só com um pensamento. Do contrario é melhor recolhermo-nos num sonho Sebastianico,

# Bastidores da Historia Contemporanea

## Como Couceiro se escapou no 14 de Maio

(Continuação)

Havia alguém que vigiava o caes. Eram elementos do titulado agrupamento da *Formiga Branca* que se tornara uma instituição poderosa, sobretudo desde que fizera a revolução. Dificilmente poderiam saber que Couceiro ia embarcar, no entanto ou por qualquer palavra mais arrebatada dos rapazes das guigas, ou por motivos de nós desconhecidos é certo que souberam dessa partida do caudilho para o estrangeiro.

Entretanto, na sala da residencia onde se acolhera, o Comandante preparava-se para sair naquela linda tarde de sol. Os automoveis aguardavam-no, um a distancia outro junto do portão da quinta vasta e ele, com a sua eterna fleugma, sorria aos amigos que o rodeavam e aos que tinham vindo a despedir-se.

Pairava um rumor de conspiração elegante. Altas figuras da cõrte, que nunca se tinham aventurado nas conjuras, apareciam com seu fremitosito, recolhidas, graves, muito admiradas ao verem um policia fardado a vaguear pelos cantos sempre acompanhado por algum dos rapazes como se estivesse custodiado.

Num momento alguém conversou baixinho com Couceiro; tilintaram libras, viu-se, bem desenhado, um gesto de recusa do illustre militar; a sua voz soou delicada e forte a um tempo:

— Muito obrigado... Ainda tenho dinheiro... Basta-me a passagem.

Aquele soldado de valentia, orgulho e sobriedade jamais aceitou da Causa mais do que a sua marmita de rancho nos acampamentos e mesmo a sós com aquele monarchico milionario, que, ao emprestar-lhe o ouro servia o seu partido repelia a oferta, altivo, desnecessitado, cruel consigo na sua pobreza.

— Que manda, Comandante? perguntou-se-lhe quando regressou do cunciliabulo da casa visinha.

— Quero ir à capela...

Já lá estava a velhinha, a dona do historico palacio, com sua face

rugada, sua boquilha refogada, a touquinha na cabeça octagenaria, as mãos enveidadas de azul, sêcas, mirradas, em oração à Virgem do pequenino oratorio. Uma creada de confiança velava-a.

Desceu-se através das salas cujos lustres pingentados tilintavam; passou-se, num sussurro lento de vozes e de andada e entrou-se no recinto onde errava um perfume de incenso. Ajoelharam os seis ou oito companheiros de Couceiro e ele caiu, no seu grande recolhimento, junto da parente anciã que resava embevecidamente.

A senhora que devia seguir no automovel com o chefe monarquico e cujo papel era encobrir com o seu grande chapéu as feições do paladino prostrara-se na lage e de fóra, da paz enorme do campo vasto, naquela tarde esplendida, vinham doces murmurios que lembravam preces da chã humilde, da terra, para as maravilhas do ceu.

Em cima, numa das salas, o guarda declarava peremptoriamente a quem o ficara guardando, que se queria ir embora mal o automovel largasse com o senhor Comandante. E acrescentava, já tomado de confiança, arrojado como cheio de pasmo por sua submissão até áquele instante:

— Que ha-de dizer o meu chefe?

— Homem... Deixe lá que você leva uma carta para o senhor Camara Pestana na qual se explica tudo...

Esgazeou os olhos e paralisou-se admiradissimo daquela gente que conspirava, andava escondida, fazia tudo no segredo alardear semelhante poder.

— O quê? O quê?...

Por mais que se lhe explicasse ser o comandante da policia um antigo camarada de Couceiro na Escola do Exercito e nos regimentos, e incapaz de o perseguir por não se ter apresentado, desde que soubesse a verdade, ele custava-lhe a acreditar e só dizia:

— Eu safo-me... Eu não posso mais... Já não há tiros!...

Mas imediatamente se perfilava ao vêr o Comandante que sorria e começou a abraçar os amigos. Alguns iam tomar o lugar no primeiro automovel que largava mal, no segundo, se instalara o paladino.

Fecharam-se as portinholas. Aquela gente ia disposta a tudo; levava-se as pistolas aperradas, espionava-se o caminho por onde se seguia em direção ao caes. Mas para quê? Para quê? Áquela hora um funcionario da policia do porto, que todos julgavam monarquico, entrava no gabinete do presidente do conselho acompanhado pelos vigilantes de conta propria, os membros da *Formiga* que o tinham procurado, e exclamava:

— Senhor ministro o Couceiro vai embarcar...

Estava mais gente no gabinete; um grande barulho subiu e o chefe do governo, diante daquelas palavras, contendo todos os olhares pousados nele, calou-se uns instantes para perguntar rapidamente:

— Quem lho disse?

— Sei-o eu... Vieram dizer-mo... Que se faz?

Na singular situação que lhe creavam o advogado, cujo desejo maximo era a liberdade do inimigo politico, acentuou:

— Prenda-o que é o seu dever...

Caiu na cadeira enervado, furioso por semelhante atitude do funcionario, embaraçado com o acontecimento e a olhar o relógio na esperança que já tivesse embarcado o individuo confiado à lei da anistia e apañhado por uma revolução. A sua palavra era honrada; sentira que não podia entregar esse soldado às iras da turba, servir-se da sua estada legal em Lisboa para o meter numa armadilha e se soltara aquelas palavras energicas fôra porque à sua volta estavam os revolucionarios e ele esperava que Couceiro já tivesse seguido o seu destino.

Doloroso devia ter sido o quarto de hora que decorreu. Daí a pouco, pelo telefone, esclareciam-no:

— Já está a bordo dum navio inglês...

Saltara do automovel para a guiga que largara velozmente e acolhera-se ao barco britânico de cuja tolda podia vêr a casa onde se refugiara ao chegar a Lisboa, no Alto de Santa Catarina, bombardeada, destruida em parte pelos canhões de bordo na hora da revolta.

Os homens de guerra não o tinham querido poupar; o homem da lei desejava-o salvo.

Com efeito, o vencido sem combate, desta vez, poude procurar o seu abrigo no estrangeiro como aquele famoso D. Juan Prim que seis vezes levantou exercitos para a revolta, á setima venceu, foi o dictador cheio de prestigio e que devia morrer numa cilada.